



 **PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL):** Boa tarde. Quinze vereadores presentes. Passo a palavra ao nosso diretor legislativo para que faça os apregoamentos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 10 ao dia 14 de fevereiro de 2025.

Apregoo o Ofício nº 664/25, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, comunicando que se ausentará do Município das 16h20min do dia 10 até o dia 12 de fevereiro de 2025, a fim de participar do Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, promovido pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, diretor. Eu gostaria que dessem a presença da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, por gentileza. Mais algum vereador não conseguir dar a sua presença? (Pausa.) Ver.^a Atena Roveda. Estamos ainda com algumas dificuldades na digital.

Quero dar as boas-vindas ao vereador Sérgio Alexandre Airoldi, de Santo Antônio da Patrulha, e ao vereador Felipe Manfroï, de Passo Fundo. Sejam bem-vindos, vereadores, e sintam-se em casa.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (MDB): Boa tarde, Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, demais colegas desta Casa e público que nos assiste; eu quero compartilhar com vocês uma história. Há alguns anos eu conheci uma mãe que veio conversar comigo e me falar sobre o seu filho, seu filho de 15 anos, que estava com uma tristeza profunda, com comportamentos de autolesão, de automutilação e um quadro evidente, assim, de depressão. E ela veio conversar comigo e me perguntou assim: “Doutora, onde eu posso levar o meu filho?” E claro, nós sempre orientamos buscar o Sistema Único de Saúde, o SUS, buscar a Unidade Básica de Saúde de referência para que possa ser, então, encaminhado para um CAPS. Só que, muitas vezes, a gente percebe, a gente tem essa informação e esse conhecimento, que os CAPS estão cheios. Há uma fila, muitas vezes de meses, um ano, dois anos, tenho informação até de casos mais extremos, de até 5 anos para chegar nesse CAPS. Entretanto, quando ele é atendido no CAPS, é bem atendido. Nós temos excelentes profissionais que trabalham nos CAPS.

Mas hoje, então, eu quero dar uma boa notícia a todos, pois Porto Alegre dá um grande passo nessa questão da saúde mental. Eu quero, então, tornar público, divulgar para todos, que a Prefeitura fez um edital de chamamento público. Edital de Chamamento Público nº 02 de 2025, que foi publicado em 31 de janeiro deste ano, com período de inscrições de 3 de fevereiro até dia 6 de março. E esse edital propõe a criação de cinco novos CAPS. E isto é uma conquista para a saúde mental. Então, são dois CAPSi, como a gente chama, que é um CAPS infantil, destinados a crianças, adolescentes, e três CAPS III destinados ao público adulto.

Então, a ideia é ampliar essa rede de atendimento, de atenção à saúde mental. Dos CAPSi, a gente sabe que há uma demanda muito grande nessa área da criança, adolescente, atendimento na saúde mental da criança, adolescente, na questão do autismo também. E eu fico feliz que esses dois CAPSi, esses dois CAPS infantis para criança e adolescente, um será no bairro

Lomba do Pinheiro, na região Zona Leste, e o outro no bairro Restinga, que são dois bairros, duas regiões que estavam muito necessitadas. O bairro Restinga só tem o CAPS álcool e drogas, então, a gente precisava realmente de um CAPS infantil nessa área.

É importante dizer que esses Centros de Atenção Psicossocial, os CAPS, como a gente diz, destinam o seu atendimento à atenção integral e contínua das pessoas que estão em sofrimento mental – com funcionamento 24 horas, todos os dias da semana, inclusive nos finais de semana e feriados –, e vão se constituir em serviços abertos, de base comunitária, articulados numa lógica de território. Vai ser um local de referência, de cuidado e de proteção a esses usuários.

Esse trabalho de implementação desses cinco novos CAPS é a materialização do que eu sempre defendi neste Parlamento, que é saúde mental para todos e o ano inteiro. E sabem por que isso me alegra, isso me emociona? (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Porque esses CAPS, eles nasceram da escuta. Esses cinco novos CAPS nasceram da escuta, do diálogo, da conversa, das assembleias dos usuários das RAPS, dos técnicos que, muitas vezes, se queixavam da falta de funcionários, das famílias que pedem, enfim, esse é só o começo.

Como vereadora, tenho lutado muito em prol da saúde mental, inclusive destinei recursos e emendas parlamentares para esses novos CAPS que serão construídos.

Quero encerrar a minha fala lembrando da história da mãezinha. Esses dias, eu a encontrei, e ela me disse que seu filho, hoje ele está bem, hoje ele está estudando, está trabalhando e com um grande sorriso no rosto. A saúde mental não pode ser ignorada, e é por isso que estou aqui, e vamos lutar todos os dias por isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder. (Pausa.) Corrigindo, o Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder. (Pausa.)

Enquanto o Ver. Aldacir Oliboni se dirige à tribuna, quero dar as boas-vindas ao Ver. Felipe Diehl, da cidade de Alvorada. Seja bem recebido aqui, vereador, a Casa também é sua, é um prazer termos vereadores de vários municípios aqui nos visitando, pegando *expertise* e compartilhando experiências importantes. Muito obrigada.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, os colegas vereadores e vereadoras, o público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde. Uso aqui o espaço de liderança do PT para poder falar sobre os problemas da nossa cidade. Os senhores sabiam que o governo, nessa última semana, fechou várias escolas de educação infantil? Pois é, o governo municipal, na sua campanha – o candidato Melo ganhou a eleição –, disse que não ia ficar mais nenhuma criança sem escola, até porque o déficit da educação infantil ultrapassa as mais de 5, 6 mil vagas. O novo secretário criou uma situação de ampliação de convênios e fechou várias escolas infantis: a Vovó Belinha, prédio público; a Três Corações, prédio público; a Tia Rosa, prédio público da Bom Jesus; a Acomur, prédio privado, Partenon, lá no alto do Morro da Cruz; a Girassol, lá do Lami e assim por diante.

Afinal de contas, alguém do governo tem alguma explicação para dizer para nós, de que em vez de ampliar a oferta em determinados bairros menos aquinhoados, com um enorme déficit na educação infantil, para dizer o porquê está fechando e para onde estão indo essas crianças. Por favor, o governo tem que se sensibilizar com os problemas da cidade! O próprio candidato eleito, foi nosso colega aqui, vereador, disse que seria um governo para todos. Ele, o governo municipal, demonstra claramente que o que interessa para ele é muito mais a concessão, a privatização, a entrega do poder público, de prédios públicos, de serviços públicos do que aquilo que é fundamental, que é levar dignidade para as pessoas.

Olhem o que aconteceu com o transporte público, o que está acontecendo. Existe uma lei municipal que obriga todas as concessionárias a colocarem ar-condicionado no transporte público, Ver. Tiago, em 100% da frota. Não tem sequer em 60%. Os órgãos de imprensa já vêm pautando esse assunto há mais de 10 dias, e inúmeros vereadores, vereadoras também estão cobrando do governo. E a EPTC está dizendo o que para nós? Está dizendo o que para nós? Está fiscalizando para que os coletivos tenham ar-condicionado para a população? Não. A imprensa está dizendo que isso é insuportável em tempos de verão, como estamos passando nesta época em Porto Alegre, ontem atingindo 43 graus aqui na frente da Câmara, e, na média nacional, regional, estadual, está a mais de 38 graus. Coletivos sem ar-condicionado, inclusive nos carros da empresa que faz o transporte público de Viamão a Porto Alegre, não se vê um ônibus com ar-condicionado.

Portanto, Presidenta, vou fazer um requerimento, para que o presidente da EPTC venha ao plenário da Câmara dar satisfação da fiscalização do transporte público. Nós precisamos saber o que o governo está pensando sobre a falta de interesse em fazer essa cobrança... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...porque ela é legal, existem projetos de lei que obrigam as empresas, na medida em que vão renovando a frota, a adquirir ônibus com ar-condicionado, e podem não estar fazendo, porque os coletivos, muitos deles novos, não têm ar-condicionado.

Por isso, Presidenta, quero fazer este requerimento: que o presidente da EPTC seja convidado, não precisa nem ser convocado, Presidenta, que o presidente da EPTC seja convidado e que venha à Câmara dar satisfação do porquê não está fazendo a fiscalização nos coletivos em Porto Alegre. Nós temos a obrigação de cobrar isso do governo, seja no transporte público, na educação, seja na saúde, como em qualquer serviço público. É por isso que nós fazemos esse apelo, em nome da bancada do PT. Por favor, olhem para os porto-alegrenses. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador. Ver. Aldacir Oliboni, eu sou Presidente e gostaria de ser chamada assim, assim como os seus colegas já estão me chamando, por uma questão de respeito. Muito obrigada.

O Ver. Erick Dênil está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos e a todas, eu faço um registro aqui, em tempo de liderança do PCdoB, pois eu estou indignado, inconformado com a situação dos postos de saúde de Porto Alegre. A gente viu no último período, nas últimas matérias, na Zero Hora, enfim, em tudo que é canal de comunicação, a situação precária dos postos de saúde de Porto Alegre. Gente, é um absurdo. A UPA da Cruzeiro, com fila para ter atendimento, não tinha sequer ar-condicionado. Os moradores esperando horas e horas para serem atendidos e não tinha sequer ar-condicionado num calor de 40º em Porto Alegre. A pessoa já chega na UPA porque ela está passando por alguma dificuldade de saúde, aí chega no postão de atendimento da Cruzeiro, da Bom Jesus, do Rubem Berta, e ela não tem nem ar-condicionado para ficar esperando. É um absurdo, gente. É um calor desumano. E a Prefeitura de Porto Alegre tem culpa, sim, em cima disso, porque foi a Prefeitura de Porto Alegre que terceirizou os serviços dos postos de saúde. Lembramos que antes o gerenciamento era da Prefeitura, era a gestão pública que administrava. Depois que terceirizaram para Santa Casa, para o Vila Nova e para outros grupos, como o Divina Providência... Terceirizaram a saúde de Porto Alegre para meia dúzia de empresários ganharem dinheiro, e é a população mais pobre e trabalhadora que sofre horas e horas esperando atendimento num espaço com calor absurdo e sem ar-condicionado. E o pior: falta médico, falta enfermeiros, falta ginecologista nos postos de saúde. Não se tem atendimento e, mais do que isso, os postos de saúde de Porto Alegre têm um horário de funcionamento que não garante que as pessoas sejam atendidas. Geralmente, funciona das oito da manhã às seis da tarde. Não funciona depois das seis, a maioria dos postos de

saúde. E é por isso que eu defendo a ampliação do horário de atendimento dos postos de saúde, para que muitos deles possam funcionar 24 horas, bem como, sábado, domingo, feriado. Afinal, que horas os trabalhadores de Porto Alegre estão ocupados? Geralmente, é das 8h da manhã às 6h da tarde, no mesmo horário de funcionamento dos postos de saúde. E é por isso que tem que ampliar os horários, abrir aos domingos, abrir aos feriados. Mas, para isso, tem que pôr fim à terceirização. Não dá para meia dúzia de empresários ganhar dinheiro em cima da saúde do povo e, ao mesmo tempo, precarizar os espaços de saúde.

Além disso, registro que vou fiscalizar o funcionamento dos postos e, mais do que isso, exigir o fim da terceirização. Eu também sou usuário de posto de saúde, usuário do SUS, e fico inconformado com a situação em que se encontra a saúde pública de Porto Alegre.

Registro também, sobre o transporte público, a indignação de que a maior parte das frotas de ônibus de Porto Alegre não use o ar-condicionado. Existe um decreto em Porto Alegre, desde 2017, que exige o uso obrigatório de ar-condicionado nos ônibus de Porto Alegre. A maior parte dos ônibus das linhas Parque dos Maias, Restinga, Bom Jesus, várias linhas de Porto Alegre andam sem ar-condicionado. As pessoas passam calor o tempo todo e não tem fiscalização rigorosa. Por isso que a gente vai fiscalizar ônibus por ônibus, linha por linha, para que liguem o ar-condicionado. A Prefeitura e a EPTC comunicaram que 80% da frota de ônibus tem ar-condicionado. Eu suspeito desses números, porque hoje mesmo – eu também pego ônibus, uso o transporte coletivo, assim como a maior parte da população de Porto Alegre –, na Av. Salgado Filho, com pouco tempo parado, vi 15, 16 ônibus, em 20 minutos, sem ar-condicionado. Muitos tinham ar-condicionado, mas não estavam ligados. Isso é um absurdo, isso é desumano em uma capital que está fazendo 40 graus (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) no dia a dia, e é a população mais pobre e trabalhadora que sofre com isso. Além disso, com as péssimas condições, indo em pé nos ônibus, não tem fiscalização, e o empresariado só ganha.

Quero registrar que Porto Alegre era uma das capitais do Brasil com a passagem de ônibus mais cara. Mas, pior do que isso, se colocar o subsídio que a Prefeitura de Porto Alegre dá para os empresários, hoje temos uma passagem de ônibus que custa quase R\$ 7,00. Tem o cálculo que sai do bolso das pessoas, mas tem o cálculo também que a Prefeitura está pagando, e hoje custa quase R\$ 7,00 a passagem de ônibus de Porto Alegre. Isso é um absurdo, porque nós queremos que o serviço público funcione. Tanto o serviço de saúde, onde a população tem que ser bem atendida, com qualidade, com agilidade e com atenção, como também o fato de termos um transporte público de qualidade, que não seja caro do jeito que é, e que liguem o ar-condicionado e que tenha qualidade de fato para a população. Vamos juntos fiscalizar e cobrar que o serviço público funcione. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Erick. Quero solicitar a presença da Ver.^a Natasha Ferreira, que não conseguiu dar a sua presença no...

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Só a Ver.^a Natasha Ferreira que me pediu até agora. Quero agradecer também à Ver.^a Grazi Oliveira, o leque, um leque importante sobre o ciclo da violência. Acho que todos os vereadores receberam, é a respeito de todos nós podermos também cuidar. Parabéns, vereadora, muito obrigada.

O Ver. Marcos Felipi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Boa tarde a todos e a todas, aqueles que nos assistem. Como nos últimos anos da minha vida pública e profissional, cuidei da zeladoria desta cidade, trabalhei muito pelos parques, praças, na manutenção deles e também da iluminação, para trazer segurança

nesses espaços públicos da nossa cidade. Recentemente, saiu uma notícia muito triste para as mulheres praticantes de esporte da nossa cidade, lideradas pelo movimento Mulheres Corredoras. Das 500 mulheres que deixaram de praticar corrida ao ar livre, mais de 440 deixaram por medo de violência sexual, muitas delas por assédio sexual. Esse é um problema que, infelizmente, é uma realidade da nossa cidade, que pode ser a mulher de um de nós, a mãe, a filha, a amiga. E a cidade precisa evoluir, porque esse é um dos esportes que cresce muito na cidade. Além dos homens e das mulheres cuidarem da saúde física, também cuidam da saúde mental. É muito importante também que esse assédio, essa importunação, sejam registrados, porque desse número, mais de 90% dos casos não foram registrados. E é muito importante que as mulheres façam o registro, um mapa de criminalidade, para que as forças de segurança, tanto a ostensiva, a Brigada Militar, quanto a Guarda Municipal, possam identificar o local e o horário onde isso mais acontece e possam ter ações mais efetivas. Então, é muito importante o registro, não fiquem caladas, não terem medo, porque esse movimento vai fazer com que as forças de segurança se mexam e deem atenção a esse tema.

Porto Alegre tem mais de 100 mil postes de luz espalhados pela cidade. Cidades inteligentes partem de uma PPP de iluminação pública. Luto muito também para que esses postes, principalmente nesses lugares, onde tem prática de atividade física, onde tem convívio, sejam usados também para câmera, reconhecimento facial, sensor de presença. Isso tudo vai ajudar na sensação de segurança e também para reconhecer aqueles criminosos que ocupam aqueles mesmos espaços para praticar o mesmo tipo de crime. Porto Alegre hoje tem uma PPP, tem mais de 100 mil postes na cidade e pode agregar esse tipo de sistema de segurança nos seus espaços públicos. Também a ronda de monitoramento, hoje a Guarda não consegue dar conta de 700 praças, mais de 12 parques, a Brigada Militar também não, mas por que não as rondas em alguns parques da cidade, que vão ter contato com as forças de segurança, auxiliando, trazendo presença, a sensação de segurança, para que as atividades

possam ser também no início da manhã, no final da noite e também durante a noite; que é o horário que muitas pessoas têm para praticar exercício.

Também levanto aqui um tema que foi discutido na última gestão, sobre o cercamento de espaços públicos, um tema, para mim, que não é ideológico. Enquanto secretário, nós cercamos um parque, o Parque Chico Mendes, um parque que estava perdido para a drogadição, tinha casos de estupro, focos de lixo, e uma moradora, que morava do lado do parque, disse que não ia no parque, ia na Praça México, porque ela não iria no Parque Chico Mendes por conta da insegurança. Nós decidimos cercar aquele parque, contratamos uma empresa de vigilância privada, e hoje o parque tem horário para abrir e horário para fechar. Isso trouxe mais segurança e também a possibilidade de trazer melhores equipamentos dentro do parque. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.)

Então, os espaços públicos hoje da cidade, além de ter mais segurança, mais presença efetiva, a gente tem que pensar de forma diferente, trazer a tecnologia, a inovação a nosso favor. E a discussão sobre cercamento de espaços públicos, ela tem que visar a segurança do cidadão, porque, hoje, infelizmente, muitos lugares da cidade, mesmo sem os portões, sem muros, estão fechados para a população que quer aproveitar em determinados horários. Espero que essa ação, esse movimento das mulheres corredoras surta efeito nas forças de segurança, tanto do Município quanto estadual, e os nossos espaços públicos possam ser cada vez mais aproveitados para a prática de exercício, que traz bem à saúde física e também mental. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Marcos Felipi. Gostaria aqui de deixar uma informação aos componentes da Comissão de Ética – atenção, vereadores que forem indicados para compor a Comissão de Ética –, nós teremos a nossa primeira reunião na segunda-feira, às 11h30, aqui no Salão Adel Carvalho, onde estarei presidindo a votação da escolha do presidente, do vice-presidente e do corregedor da Comissão de Ética;

depois, os membros da comissão irão definir dia e horário em que a Comissão de Ética irá funcionar.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezada Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, vereadoras, vereadores, povo que nos assiste tanto nas galerias quanto pela TVCâmara, temos sido, no País, no nosso Brasil, um motivo de muito orgulho, numa área específica, que quando eu era jovem, há cerca de 2 mil anos, mais ou menos, eu estudava bastante, que é o cinema. Hoje eu sou um mero espectador, mas este filme, “Ainda Estou Aqui”, tem nos trazido tanto orgulho, tanta honra, ele tem nos conseguido conquistar prêmios que nunca estiveram ao alcance do cinema brasileiro: no Canadá, Globo de Ouro, agora ganhou o Prêmio Goya, na Espanha, o melhor filme latino-americano, está com indicação de melhor filme para o Oscar e melhor filme estrangeiro, e ainda a indicação da Fernanda Torres, Ver. Alexandre, para melhor atriz. Então, isso é algo, como esse conjunto é inédito para nós, eu sei que no Brasil há uma torcida, quase de Copa do Mundo, para que esse filme vença no dia 2 de março, de forma inédita na história do Brasil, prêmios do nível do Oscar, que é considerado a superioridade mundial, não é, Dr. Alexandre, caro Ver. Bublitz, e nós gostaríamos muito que isso ocorresse, porque é uma obra brasileira, do diretor Walter Salles, enfim. As pessoas que atuam no filme, tanto na parte visível, de visibilidade maior, que são os atores, as atrizes, quanto na parte da produção, quanto na execução, são todos brasileiros. O filme é gravado em português e disputa o prêmio Oscar de melhor filme do mundo, neste ano. Foi gravado em português, é algo que realmente nos enche de orgulho.

Sob o meu ponto de vista, mais ainda porque traz parte fundamental da nossa história, da história do Brasil, que é justamente o período brutal, ali no início dos anos 1970, final dos anos 1960, onde os desaparecimentos forçados eram uma constante. Nós tivemos, aqui no Rio Grande do Sul... Quero registrar que o filme Ainda Estou Aqui é baseado, todos sabem, claro, na história da

família Paiva, no desaparecimento, na morte e no desaparecimento do corpo do ex-deputado Rubens Paiva e na luta da sua família, sua esposa, viúva, enfim, para poder até ter a condição de viúva, que não tinha. Mas aquele local onde foram feitas as filmagens é a Casa da Morte, no Rio de Janeiro, local preservado com muita luta, porque ali, de fato, essas barbáries ocorreram.

Nós tivemos em todo o Brasil isso; aqui no Rio Grande do Sul, em vários locais; mas, na capital, nós tínhamos, entre 1964 e 1966, um local chamado Dopinho. E o Dopinho fica na Rua Santo Antônio, 600. Então, quem quiser conhecer o Dopinho, esse é o endereço. Está gravado, em bronze, no chão: esta casa foi local de tortura, aqui comandaram fulano, beltrano, sicrano. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E ali foram mortas várias pessoas, incluindo o famoso caso das mãos amarradas, do sargento Manoel Raymundo Soares, que foi morto ali, depois de 106 dias de tortura. Esse corpo foi encontrado com as mãos amarradas, boiando no Rio Jacuí. Ele foi preso pelo Exército Nacional, em frente ao que hoje é o Araújo Vianna, distribuindo panfletos, pedindo democracia. Este foi o seu delito: pedir democracia. Foi torturado ali, por mais de 100 dias, e morto por afogamento – afogamento de tanque, e jogaram o corpo no Rio Jacuí, com as mãos amarradas, como ele estava esse tempo todo.

Então, eu concludo, Presidente, dizendo que nós temos, sim, muitos motivos para torcer no dia 2: a honra de ter um filme brasileiro também com tamanha premiação e o fato de que a história brasileira, de forma importante, é resgatada nesse filme. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu venho até essa tribuna pedir em nome dos servidores públicos da capital, servidores de carreira e os cargos comissionados

também do governo Melo. O prefeito assinou um documento garantindo o híbrido, ou seja, a possibilidade do *home office* para atividades administrativas, estritamente atrás do computador e, para minha surpresa, a única pessoa que está contrariando o prefeito é o secretário da saúde, que não resolve os problemas da saúde. O Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, secretário Fernando, está lá com o racionamento de energia elétrica, porque o senhor faz uma gestão incompetente, faz faltar luz no pronto atendimento importantíssimo da Zona Sul. E agora quer que os trabalhadores do prédio da Secretaria de Saúde, que inclusive o senhor não garante computador para todo mundo, tem gente dividindo computador. Imaginem que, por exemplo, o diretor legislativo está aqui atuando, tem um computador à disposição dele, daqui a pouco alguém manda ele levantar porque o outro vai usar o computador e aí para a sessão; é assim que está a secretaria de saúde, um para de trabalhar para o outro por que o secretário não coloca computadores à disposição de todo mundo e não tem sequer climatização no prédio. Então a gente está pedindo sensibilidade para ouvir o que os gestores, pessoas técnicas... Secretário, o senhor entende de dentes, é dentista, é especialista, era até um bom dentista, o pessoal falava. Dentista era bom, gestor é ruim. Então, como gestor, o senhor é um bom dentista, esse é o fato.

Agora, não ouviu os técnicos da administração que dizem: “Tem maior produção se tiver o computador à disposição todos os dias”. Então eu peço, secretário Fernando, que ouça os trabalhadores da saúde e respeite quem está aí tocando as políticas, analisando os processos, ajeitando os postos de saúde, pois não é possível.

Agora, tem outra coisa que está acontecendo no posto da Antônio de Carvalho. Eu fui lá, é uma vergonha. A empresa terceirizada quer levar embora o ar-condicionado da recepção, vocês acreditam nisso, vereadores? O ar-condicionado comprado pela Prefeitura, colocado nos tempos em que não era terceirizado, está lá na recepção e não se consegue ligar o ar-condicionado. Sabe qual é a solução da tal empresa Divina Providência? Levar o ar-condicionado embora. Não vão levar o ar-condicionado da comunidade da

Antônio de Carvalho, vai ficar lá. Nem que eu tenha que me amarrar no ar-condicionado, porque é para a população. A população ganhou para ela, para climatizar, porque o pessoal está doente, aguardando no calorão, e o Divina Providência quer levar o ar-condicionado embora! Mas que vão embora sozinhos e deixem o ar-condicionado e os trabalhadores ali, atuando bem para a população. Quero até agradecer aos trabalhadores do posto de saúde, que acolhem a comunidade, principalmente os agentes comunitários de saúde.

Eu queria lembrar aqui também que eu tenho que prestar solidariedade aos trabalhadores do SUS. Esta semana ocorreu invasão a uma unidade de pronto atendimento e tinha lá alguém culpando os servidores. Mas tenha vergonha! Culpar os servidores? Já são poucos servidores. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) O SUS está sobrecarregado, é uma luta de todas e todos, e vai alguém lá achando que, porque usa gravata e terno, pode entrar e atropelar os servidores do SUS. Minha solidariedade aos trabalhadores da UPA Moacyr Scliar. Vocês, trabalhadores, me representam, porque salvam vidas, e salvaram muitas durante a pandemia! Qualquer pessoa que, na sua vã arrogância, ache que tem poder para acusar, vá primeiro fazer concurso, vá estudar enfermagem, estudar medicina, fisioterapia, educação física, aprender sobre saúde, aprender para depois pensar que pode colocar o pé e acusar um servidor que nem é responsável pela superlotação. Superlotação é de todo sistema. Vamos acusar o sistema que está falho e não os trabalhadores. Vamos abraçar, para concluir, Presidente, vamos abraçar quem trabalha pelo povo. É isso que a gente precisa fazer.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada Ver. Jonas Reis. Mais algum vereador deseja se inscrever em liderança? (Pausa.) Não tendo, solicito a abertura do painel para verificação de quórum a fim de ingressarmos na Ordem do Dia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (15h02min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

(Procede à leitura da ementa do PLL nº 211/21.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o [PLL nº 211/21](#). (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir a matéria.

Quero informar também aos senhores vereadores que foi entregue em cada mesa a nossa Lei Orgânica do Município de Porto Alegre para que vocês também possam ter acesso mais rápido e mais eficiente a nossa Lei Orgânica Só um momentinho, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; inauguro as discussões na tarde de hoje para ter a oportunidade de fazer a defesa de um projeto de lei que nós apresentamos e que, imagino, seja de interesse não só desta Câmara, mas da cidade de Porto Alegre e até mesmo do País. Porto Alegre tem previsto, Presidente, ao longo do ano de 2025, a expectativa de investir mais de R\$ 15 milhões em campanhas e peças publicitárias. E o que nós estamos propondo hoje, Ver. Márcio Bins Ely, é que os milhões de reais investidos pela Prefeitura de Porto Alegre na propaganda institucional não financiem veículos de comunicação e de informação que já tenham sido, Ver. Marcelo Bernardi, condenados, seja pela vinculação de notícias fraudulentas ou por crimes discriminatórios, sejam eles racismo, intolerância religiosa, LGBTfobia, machismo... Nós entendemos que regerar a destinação dos recursos públicos nos seus investimentos em publicidade e propaganda é um instrumento e um mecanismo de responsabilizar os veículos de comunicação com a qualidade, a veracidade dos veículos que repercutem.

Vejam bem, o Brasil é, e eu não sei se já está disponível para aparecer no telão, Luiz Afonso, nossa assessoria, mas ao longo da minha manifestação, eu imagino que irá ao telão. O Brasil é um dos países do mundo, Ver.^a Vera Armando, em que a sua população é mais suscetível a notícias fraudulentas, e, para isso, há muitas razões: os baixos índices de leitura, os baixos índices educacionais, a dificuldade do acesso a pacotes de dados que permitam à população mais pobre acessar o conteúdo integral de reportagens, por vezes se lê apenas a manchete. E, exatamente diante dessa situação, diante da situação em que, vejam, esse é o estudo que eu agora abordava, é diante dessa situação em que as *fake news*, as notícias fraudulentas, não só impactam a política e o processo eleitoral, mas as mais diferentes dimensões da vida. E aproveito para dialogar com o Ver. Alexandre Bublitz, a repercussão de notícias falsas por vezes impacta a vida humana, como é o caso das notícias que desincentivam o uso de vacinas. Então vejam, nós precisamos buscar ter responsabilidade.

Registro um outro elemento: nos últimos anos, nós vimos crescer, Ver. Marcelo, em mais de 270% os crimes de ódio nas redes sociais. Eu quero insistir, o que nós estamos fazendo aqui não é alterando a lei de licitações. Nós não estamos aqui invadindo nenhuma competência de outro poder, nós estamos buscando provocar um debate, volto a dizer, do regramento de onde os investimentos públicos estão sendo aplicados. Não podemos permitir que os investimentos milionários da Prefeitura de Porto Alegre alimentem redes de ódio, redes de mentira, que afetam a democracia, mas afetam também a vida em sociedade.

Eu imagino que conto com o apoio integral da bancada de oposição, e em diálogo no plenário aqui com a Ver.^a Cláudia Araújo, fui informado que a base do governo está liberada para votar como bem julgar esse projeto que hoje oferecemos ao plenário. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E por essa razão, para concluir, Presidente, eu peço o voto de todos e todas, sejam da base, sejam da oposição, porque esse projeto é meritório na defesa de instrumentos que busquem, e mais uma vez eu insisto, responsabilizar os veículos de informação pelas informações que divulgam à nossa sociedade,

que divulgam a Porto Alegre. Garantir responsabilidade dos veículos de informação faz bem à democracia e faz bem à sociedade. Imagino que é uma colaboração que esta Câmara de Vereadores pode aprovar, e espero eu, que por unanimidade, diante da liberação da base do governo, na tarde de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Giovani Culau e Coletivo. Sim, Ver.^a Cláudia, questão de ordem?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Sim, Presidente, só para dizer, porque o vereador comentou que a base do governo liberou os vereadores para votar, realmente estão liberados, mas eu queria deixar claro que existe óbice, e que esta vereadora votará contra. Então cada vereador poderá definir o seu voto, mas precisa ficar claro que tem existência de óbice.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Cláudia.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 211/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; vereadoras, vereadores e público que nos acompanha. Esse tema que o Ver. Culau traz, é de muita relevância, e peço licença, antes apenas para fazer a referência, também da importância da decisão de ontem sobre o chamado projeto Escola Sem Partido, que não vige mais em Porto Alegre. Mas o tema é este projeto do Ver. Culau, e é muito, muito bom que nós tenhamos um projeto, e se me permite, V. Exa., e que entenda o que eu vou dizer exatamente, como um grande elogio, o melhor projeto é sempre o projeto que a realidade está tornando óbvio, e a realidade torna óbvio esse projeto. Um veículo condenado, condenado, por veiculação de mentira, de *fake news*, não pode nunca mais veicular propaganda institucional nem de ninguém, nem de ninguém que seja sério. E não é um projeto ideológico, porque poderia ser pelo

inverso, poderia ter veiculado uma notícia falsa a favor da esquerda, ou a favor da direita, ou a favor de qualquer loucura que não tenha nada a ver com política. Agora, se foi condenado por *fake news*, por mentira, não pode nunca mais veicular propaganda institucional. Por isso que eu digo que é um bom projeto, e V. Exa. é brilhante, é um vereador que tem uma capacidade enorme, o melhor projeto é sempre o projeto que a realidade torna óbvio.

Eu me lembro que tive a honra de receber um artigo do então promotor Sérgio da Costa Franco, escritor, quando fiz, em 1986, e V. Exa. não era nascido é claro, nesta Casa, o projeto da lei do troco, e eu me lembro que ele me disse que era óbvio, por isso que é bom, se não tem o troco, não paga a tarifa, é óbvio, por isso que é bom. Esse é óbvio, então não tem como discutir, não tem como ser contra, claro que a gente respeita as posições contrárias que tem, mas eu quero dizer que ele traz, no seu conteúdo, algo ético, moral, e que deve servir, independentemente de partido, de posições políticas, de ideologias, para todos nós. Parabéns, vamos votar a favor.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas.

O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra para discutir o PLL nº 211/21.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa tarde, boa tarde Presidente, boa tarde colegas aqui; eu queria ressaltar a importância deste projeto, que eu acho que a gente precisa debater ele com uma certa tranquilidade aqui na Câmara. O que o projeto do Ver. Giovani está pedindo é nada além do que a gente espera que o governo faça, que é respeitar as informações como elas deveriam realmente ser, sem a gente ter a prerrogativa de querer fazer alguma manipulação, alguma alteração. Quero chamar até os meus colegas que são aqui da situação, são do governo, a Ver.^a Vera, uma jornalista, que eu tenho certeza que entende muito bem sobre a importância de a gente ter informações verídicas, que sejam verificadas, eu acredito que a gente

tem aqui, Ver. Giovani, um projeto muito tranquilo, um projeto que quer, nada mais, nada menos, do que a verdade, do que a justiça. Não é um projeto que está necessariamente sendo favorável à esquerda ou favorável à direita, mas, sim, falando de algumas coisas básicas, que é o respeito à informação correta.

O Ver. Giovani colocou aqui e falou sobre a questão das vacinas, por exemplo. A gente sabe que a gente está tendo uma defasagem gigantesca da vacinação infantil, e a gente teve uma redução para níveis que chegam em torno de 60% das crianças, hoje, tendo se vacinado. Isso tem muito a ver sobre todo um processo de desinformação que aconteceu dentro da sociedade, e que a gente pode reverter. Vacinar não pode ser uma questão de direita ou de esquerda, vacinar é uma questão de saúde pública, algo que a gente tem que ter um cuidado. Por isso que é importante a gente poder trazer informações confiáveis, informações que sejam verificadas, para a gente poder fazer a defesa e a informação correta para a população.

Por isso eu queria, na verdade, era dialogar, companheiros que fazem parte da situação do governo. Eu acho que a gente tem aqui uma matéria que é muito tranquila de a gente fazer um voto favorável. Não tem nenhuma prerrogativa de querer apoiar movimentos de esquerda ou opiniões de esquerda, mas, sim, que se traga a verdade, algo que dentro do jornalismo, algo que dentro da imprensa é necessário, algo que a gente quer como o melhor para a sociedade.

Então, vou pedir encarecidamente que analisem esse processo com calma, é um projeto muito bem escrito, muito bem-feito, e eu acho que a gente tem capacidade sim para aprovar ele sem grandes dificuldades. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Alexandre Bublitz.

A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para discutir o PLL n° 211/21.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde senhoras e senhores, quem nos acompanha pela TVCâmara; eu vim aqui dar o meu apoio ao projeto apresentado pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo. Como professora, nós sabemos das dificuldades e desafios que a gente enfrenta dentro da sala de aula. Quando nós falamos de *fake news*, nós não podemos esquecer qual é a origem dessa palavra, que é mentira, que é mentir sobre algo ou alguma coisa. Então, nós não podemos, enquanto Casa Legislativa, enquanto vereadores e vereadoras, permitir que nós aceitemos fazer contratos com empresas, com espaços, com lugares que permitam disseminar a mentira. Então, sim, nós precisamos ter esse cuidado e nós temos a responsabilidade de sermos aqueles e aquelas que vão estar dando exemplo para a nossa comunidade, para a nossa sociedade. É importante dizer que a mentira, além de deseducar uma Nação, ela cria conceitos equivocados que afetam diretamente a vida de cada criança, de cada adulto. E falo isso por uma questão de saúde pública, porque, vamos lá, quantos casos nós enfrentamos dentro das escolas de estudantes afetados por mentiras, por *bullying* – que a gente hoje usa outros nomes –, em decorrência de ofensas, de tratos equivocados dos seus colegas, que levaram eles a se autoflagelarem, a se automachucarem, a se prejudicarem pessoalmente?

Então quero deixar aqui registrado que é importantíssimo a gente, através dessa medida, desse projeto, dar uma resposta para a sociedade, de dizer que mentira não, que *fake news* não deve passar por esta Casa e nem pelo poder público. E sim, nós precisamos cuidar da nossa Nação e da nossa população, tratando sempre com a verdade, porque lembramos que *fake news* cria equívocos e equívocos são mentiras. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Grazi.

A Ver.^a Vera Armando está com a palavra para discutir o PLL n^o 211/21.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Muito boa tarde, Presidente, vereadores, todos aqueles que nos assistem aqui nas galerias, também os telespectadores da TVCâmara. Fui citada pelo Ver. Alexandre Bublitz, da mesma forma como também o fui pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo, que representa, que fez a proposição deste projeto de lei legislativo. Eu me sinto muito à vontade ao tocar neste assunto, neste tema, e tenho a convicção e entendimento de que esta Casa, muito além de ter uma função punitiva, deve ter uma função educativa, elucidatória, de formar boas opiniões e de corrigir aquilo que, por ventura, esteja fora do que nós consideramos como adequado, que é a verdade, a informação na sua fonte mais pura. Eu quero dizer, Ver. Culau, que a intenção do seu projeto vai atingir de uma forma muito abrupta os pequenos. Os grandes veículos de comunicação não serão atingidos, tenha certeza disso. E eu estou me referindo àqueles que se comunicam através da internet, pequenos jornais, pequenas emissoras de rádio, que trazem a informação e muitas vezes não têm como checá-las. Parece-me mais adequado que os sindicatos, tanto dos jornalistas, como dos radialistas, como os demais envolvidos nessas informações, se aproximem desses veículos no sentido de direcioná-los ao caminho da verdade, mostrando que aquela informação não corresponde e que seja feita uma errata, um direito de resposta, para que, a partir dali, essa informação possa realmente trazer o que é importante, a correção para que a população possa ser informada, seja lá do que for importante naquele momento. Então eu sou contrária a essa questão punitiva do projeto de lei, porque atingiria, como já disse inicialmente, os pequenos grupos, que nem grupos são, muitas vezes são radialistas, são jornalistas anônimos, que fazem um trabalho muito simples e, esses, sim, poderão ser atingidos nas suas pequenas, nas suas microempresas de prestação de serviço. Então essa é a minha posição, precisamos educar, elucidar antes de pensarmos em punir. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Vera Armando.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 211/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Boa tarde a todos. Bom, eu vejo a boa intenção do vereador tentar punir os meios de comunicação, aqueles que foram condenados por difusão de notícia falsa, como uma forma de impedir que esse tipo de narrativa pudesse continuar prosperando. O problema, e desculpe por não ter preparado o discurso, o problema é que a informação é fluida e aquilo que falam que é mentira hoje, às vezes acaba se provando verdade um pouco mais adiante. E utilizaram-se, muitas vezes, da narrativa de que nós éramos contra a ciência ou contra evidências científicas, e agora está se provando que, na verdade, quem era contra a ciência são os negacionistas da esquerda, que obrigaram as pessoas a ficar em casa, perderam emprego, perderam renda, adoeceram em casa, num isolamento social imposto, que foi inventado pela OMS – Organização Mundial da Saúde – e por alguns burocratas, que agora se comprovou, a exemplo de alguns países que não aderiram a esse sistema, que foi inútil o isolamento social e que, na prática, empobreceu e adoeceu as pessoas, pior do que se tivéssemos feito, por exemplo, o isolamento vertical que foi proposto pelo Bolsonaro. Mas como foi proposto pelo Bolsonaro, vocês não podiam aceitar. Não é possível aceitar, por parte da esquerda, que qualquer pessoa que não seja de esquerda esteja certa. Por isso que vocês querem criminalizar o discurso, querem criminalizar o direito das pessoas a se expressar, sendo que já foi aceito pelas sociedades democráticas, que nós temos através do mundo, que é preferível que algumas pessoas possam errar com liberdade de expressão do que uma narrativa seja imposta pelo governo utilizando-se da força. O que vocês estão falando aqui agora é justamente isso: através da força, censurar o discurso, porque parte desse discurso não convém à narrativa de vocês e, a partir disso, vocês querem utilizar as ferramentas estatais para punir aquelas pessoas que vocês não concordam. E, vejamos bem, não necessariamente porque vocês não concordam que a verdade não esteja ao lado dessas pessoas, mas utilizando-se de cientificismo, que não tem nada a

ver com ciência, vocês querem censurar a liberdade de expressão. E essa ferramenta aqui tenta punir os meios de comunicação que, por algum motivo, em algum momento, mesmo que numa informação incompleta, acabaram trazendo uma informação incompleta, e talvez tenha sido tachada de *fake news*, vocês querem punir os meios de comunicação. Então, vocês querem também punir os vereadores que vêm aqui, falam mentiras e, no final das contas, acabam, como a sua narrativa naquele momento, ganhando um debate, mas que ao longo da história foram provados errados. É isso que vocês querem? Ou vocês querem, de fato, deixar que as pessoas possam se expressar e, no final das contas, mesmo que errando algumas vezes, acabam sendo como se fossem tolhidas pela sociedade, mas sendo provadas corretas no futuro. Vamos lembrar que, no passado, já foi falado que a Terra era redonda, e hoje não é mais *fake news*, isso é uma verdade absoluta. A Terra é redonda. A Terra circula ao redor do Sol e o Universo não é feito somente das pessoas que estão aqui dentro desse plenário. Mas, em algum momento da história, isso foi tachado de *fake news*. Então, vocês são aqueles que, os negacionistas que querem fazer com que as pessoas que vocês discordam e que, eventualmente, estão certas, só não têm ainda o consenso científico a favor daquilo que elas estão falando, sejam punidas. Eu discordo disso. E eu não consigo entender como alguém vai vir aqui neste Parlamento e punir o discurso, porque o discurso não lhe convém. Não consigo imaginar um parlamentar votando para punir meios de comunicação que, por algum descuido, por alguma informação, momentaneamente não correta, acabaram sendo tachados de *fake news*. Quantos de nós aqui já fomos, inclusive, marcados... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...pelo Instagram como propagadores de informação falsa? Passaram-se três, quatro, cinco, seis meses, a nossa informação era verdadeira e, na verdade, os checadores de fato é que estavam falando mentira, porque existia, inclusive agora com essa USAID – United States Agency for International Development (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.) – estamos observando que existe uma instrumentalização inclusive dos meios de comunicação e dos jornais para calar o discurso, para censurar o discurso

opositor. E é isso o que vocês querem, por meio da Câmara de Vereadores, punir os meios de comunicação que estão fazendo jornalismo e que, eventualmente, podem errar enquanto estão buscando a informação correta? Eu acho errado e não consigo imaginar alguém aqui, neste Parlamento, votando para censurar os meios de comunicação tradicionais que, eventualmente, possam estar errando por um momento, por um período de tempo, enquanto não têm a informação de melhor qualidade para a apuração dos fatos.

Então, sou contra o projeto e espero que os vereadores coerentes também o sejam.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jessé Sangalli.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 211/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Parabéns ao Ver. Giovani Culau pela proposição. Esse é um projeto que merece o total apoio daqueles que acham que mentir é feio. Mas veio aqui, para alguma coisa que não é minha surpresa, o vereador do PL dizer: “Deixa mentir, pode mentir.” Para o Sr. Jessé Sangalli, existem dois tipos de mentirosos: os bons mentirosos, na opinião dele, podem ter contrato com a Prefeitura. “Ó, faturei!”, faturar graninha. Aí, quem vai decidir se é bom mentiroso ou não? Não é a lei, porque ele é contra a lei, ele acabou de falar aqui que não quer essa lei. Mas, Ver. Jessé Sangalli, não o estou entendendo, porque, quando, em outubro, V. Exa. andava de rodinha na Av. Ipiranga entregando panfletos – até tentou entregar um panfleto para mim, eu fechei o vidro, não peguei, porque não boto a mão em panfleto do PL –, ele lá não dizia que iria ser contra a gente penalizar os espalhadores de mentiras, os espalhadores de *fake news*.

E eu quero mais ainda, Ver. Giovani Culau, além de exaltar o seu projeto, eu queria que o prefeito autuassem as empresas mentirosas, multassem as empresas mentirosas. E, Ver.^a Vera Armando, eu, sinceramente, fiquei estupefato com o vosso pronunciamento. Eu não esperava de alguém que vem

da comunicação, do seio da informação verdadeira, da formação de opinião pública, do esclarecimento dos fatos, de dizer a verdade, acima de tudo e de todos, dizer que alguém vai ser penalizado e seria um coitadinho com esta lei. Mas o que é isso, vereadora, onde estamos? Estou literalmente de cabelo em pé com esses dois pronunciamentos. Eu esperava tudo dos bolsonaristas raiz, mas de vocês dois que pediram o voto da população dizendo que iriam defender o justo, o certo, o correto, vieram aqui dizer “não” a este projeto, que nem é meu. Eu agradeço ao vereador do Partido Comunista do Brasil por trazer ao povo desta cidade a defesa da verdade. A quem interessa o medo da verdade? Essa é a pergunta da tarde. Quem tem medo da verdade acima de tudo e de todos? Quem não gosta da verdade? Quem quer contratar empresas que mentem, desinformam, como a gente viu na pandemia, que divulgavam que a vacina virava jacaré? Essa gente que mente sobre o avanço da ciência merece muito mais, vereadores, do que não ter contratos com a Prefeitura. Merece cadeia, merece prisão, porque nós avançamos tanto na democracia, tanto na construção de direitos, tanto na liberdade. Agora, a gente quer deixar que quaisquer pessoas espalhem inverdades por aí e ainda levem um dindim da Prefeitura. Não, eu queria ver você subir na tribuna para defender que o dinheiro da Prefeitura virasse vaga em escolas, virasse cirurgias no SUS, virasse castrações no gabinete da causa animal, virasse pavimentação nos bairros populares, virasse reforma nas unidades de saúde; virasse mais do que isso, climatização nas nossas escolas municipais. Não, eles defendem aqui que o dinheiro público é para qualquer coisa. Não! Vocês não pensem que irá com vocês um pelotão de pessoas enganadas e ludibriadas pelo discurso de tribuna. Nós não aceitaremos. Nós queremos que tenha penalização das empresas mentirosas. Não à *fake news*! Sim à verdade! É assim que votaremos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas. Uma questão de ordem, Ver.^a Vera, pois não?

Vereadora Vera Armando (PP): Ver. Jonas, primeiramente, quero lhe pedir desculpa se deixei os seus cabelos em pé, não era a minha intenção. No entanto, o senhor conseguiu distorcer a minha fala, e sei o quanto o senhor é sensível aos pequenos. A minha intenção foi justamente dizer que esse projeto de lei vai atingir não os grandes grupos de comunicação e, sim, os pequenos, aqueles que trabalham na internet, em pequenas emissoras de rádio e em jornais, muitas vezes em jornais comunitários. Essa foi a minha intenção e essa foi a minha fala. O que passar disso é fruto da sua imaginação. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, está registrado, Ver.^a Vera.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL n° 211/21.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas; o Ver. Pedro Ruas, do PSOL, veio antes aqui falar do filme Ainda Estamos Aqui, que está concorrendo ao Oscar, mas o Ver. Jonas Reis, meus amigos, esse merece o Globo de Ouro, a estatueta do Oscar, porque é um teatro que, olha, tem que ser aplaudido! Com a maior cara de pau sobe aqui para falar de *fake news*. *Fake news*, Jonas... O único vereador, dos 35 aqui, que teve uma decisão do Tribunal Eleitoral, meu colega petista, por *fake news* foste tu, Jonas Reis. Se tem alguém aqui, dos 35, que é o rei das *fake news*, da mentira, do discurso aqui, teatral como ele faz, é o Ver. Jonas Reis. E ainda tem a cara de pau, líder do PT, Ver.^a Natasha, de vir aqui falar de *fake news*, de blogueiros, de veículos de imprensa. Bom, se for começar a pegar e impedir que supostas *fake news* sejam, de alguma forma, contratadas pela Prefeitura, as empresas que veiculam esse tipo de matéria; bom, aí, sim, o PT está aqui dizendo que nunca mais vai voltar para Prefeitura de Porto Alegre, porque não vai poder fazer parceria com o Sul 21, não vai poder fazer parceria com Matinal e com tantos outros blogues, veículos de imprensa alternativa que veiculam, sim, uma série de *fake news*, de distorção dos fatos, de interpretação da verdade,

com o viés meramente ideológico, ou com óculos, os equipamentos lá do cavalo, que não consegue enxergar além do que Lula e companhia impõe a eles como verdade absoluta. Por essas e outras que a liderança do PT, esses dias, aqui, na segunda-feira, subiu, fez uma crítica – parabéns, Ver.^a Natasha – ao líder da oposição, seu colega de partido, Ver. Jonas Reis, que inicia debates aqui completamente infundados, meramente para jogar para torcida – aí a gente acaba consumindo um tempo absurdo para tentar, de alguma forma, repor a verdade. Mas o Jonas se supera, o Jonas se supera a cada dia; agora ele está gravando mais um videozinho, ele vai lá fora, ele não fica no plenário, ele diz defender a democracia, diz defender aqui o povo, diz defender as mais variadas opiniões, mas no momento em que é confrontado ou ele nega a palavra em período de discussão aos seus pares, aos seus colegas... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ... ou ele sai do plenário para gravar vídeo, fingindo que está fazendo alguma coisa ali, um vídeo, uma *live*, porque, na verdade, ele quer fugir, porque me parece que lá no fundo, bem lá no fundo desse professor que nunca deu aula – e isso não é *fake news* – deve ter algum pingão de vergonha ainda, e ele acaba não querendo permanecer no plenário aqui para ouvir as verdades na cara dele. Então, Ver. Jonas Reis, repetindo: o único dos 35 vereadores que teve apontamento por um tribunal do Poder Judiciário – inclusive indicando a cassação de mandato – por *fake news* durante o período eleitoral foi o senhor, Ver. Jonas Reis, do PT, líder da oposição nesta Casa. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Ramiro Rosário.

O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para discutir o PLL n° 211/21.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos. Mais uma vez, eu me pego aqui quanto à falta de utilidade do tempo. Falar para o vereador da esquerda que a gente tem que fazer útil o tempo, e não vir

aqui criar situações que coloquem em risco, que façam carregar mais dificuldades nas costas. Eu falo que as pessoas que são a essência para as nossas vidas, que é o trabalho, a empresa, o empregador. Eu digo que o sangue do nosso mercado, das nossas vidas é levar o sustento para casa. E aqui quero deixar só um exemplo: o sistema de inteligência artificial, se isso aqui é votado, bem ou mal, ele vai fazer uma leitura, e pode trazer grandes consequências negativas aos negócios. De vez, a gente tem que ter... Um exemplo: há margem de erro, porque já existe uma lei de defesa, uma lei federal; a gente vai arrumar mais problema em discussão jurídica, gasto com advogado, gasto com processo judicial, para se defender. Eu sou contra essa lei. É injusto sobrecarregar a vida das pessoas, e, assim, a margem de erro, eu acho que ela tem que ser preservada, não dá para carregar coisas extremas nas costas do povo. O povo merece respeito, não podemos mais perder tempo com essas injustiças. É isso aí, meu povo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Gilvani o Gringo. Mais alguém deseja discutir a matéria? (Pausa.) Está encerrada a discussão.

Em votação o PLL nº 211/21. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Bom, queria aproveitar então aqui, o Ver. Giovanni Culau e Coletivo está propondo uma lei que proíba a cidade de Porto Alegre de anunciar em veículos de comunicação que propaguem *fake news*. Vamos fazer então Porto Alegre não poder mais anunciar na CNN, pode ser vereador? Vamos escutar aqui então a nossa querida Daniela Lima quando era âncora da CNN falando. (Procede-se à exibição de áudio.) Enfim, queria saber agora se a gente vai ter que, a partir dessa lei, Ver. Giovanni Culau, já que a Daniela Lima falou que a gente vai voltar a comer picanha, voltar a andar de avião, que o brasileiro gosta de se vestir bem, logo aumentaram as ações da Renner e das empresas de vestimenta, se agora a gente vai condenar, já que

ela fez uma *fake news*, Porto Alegre não vai poder mais anunciar na CNN, porque obviamente é mentira, né? Agora a picanha está a R\$ 100,00, a gasolina passou de R\$ 6,00, o dólar chegou a R\$ 6,70. Quero saber se Porto Alegre vai poder continuar anunciando na CNN. Você vai poder, por exemplo, fazer uma propaganda falando: “Venha para Porto Alegre, conheça a Orla do Gasômetro”, já que a CNN propagou *fake news*?

Então, assim, a sociedade moderna, a democracia já aceitou que entre alguns erros cometidos a pretexto da liberdade de expressão ou censura descarada em favor do discurso hegemônico propagado pelo governo, é melhor acontecerem alguns erros como esse do que a gente censurar o discurso, fazer a autocensura punindo as pessoas e proibindo que elas falem. E pode ter certeza de que muitas pessoas de direita muitas vezes vêm aqui para esta tribuna ou qualquer lugar e pensam duas vezes antes de falar, porque, se aquilo que a gente falar parecer ser falso, mesmo sendo verdade, a gente pode ser punido. Quem de nós aqui já teve as redes sociais bloqueadas? Eu já tive que entrar na justiça para liberar a minha rede social, que a justiça deu ganho, mas porque tinha um bando de militante falando que não podia, eu fui lá e fui punido. Então, se o senhor é contra a liberdade de expressão, inclusive com alguns erros, então vote a favor desse projeto. Mas se vocês acham que, mesmo com alguns erros, é preferível que nós tenhamos liberdade para se expressar, tem que ser contra esse projeto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jessé Sangalli.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 211/21.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde, Presidente, boa tarde, Vossas Excelências. Quero, primeiramente, Ver. Giovani, dizer que esse projeto é muito bom, e eu quero acreditar que nós podemos ter consenso. Primeiro, porque as *fake news* são um instrumento que têm sido cada vez mais

usado tanto nesse ambiente político como no ambiente das personalidades. Nós temos vidas pessoais e, às vezes, as pessoas se excedem na construção de narrativas, de mentiras, e as *fake news* se tornam, inclusive, um grande objeto de violência. Nós, pessoas trans, Ver.^a Atena, nós sabemos como as *fake news* atacam as nossas vidas diretamente e, muitas vezes, não só nós, atacam as nossas famílias, os nossos companheiros ou companheiras, atacam aquelas e aqueles que lutam por uma sociedade livre. Eu acho que esse projeto não visa os pequenos veículos de comunicação; ele visa aqueles que já têm condenação em trânsito em julgado, Ver.^a Vera Armando. É importante a gente entender a questão técnica desse projeto, porque ele é muito rico, na verdade. Então, as empresas, os veículos que tiverem propagado *fake news*, que foram julgados e foram condenados, estes veículos entram nessa lei. Então, eu não vejo por que ter uma discordância. A discussão que se antecedeu aqui entre os vereadores, eu solicito que, enquanto homens adultos, vocês se sentem e resolvam, porque isso, no movimento LGBT, tem outro nome. Vocês têm um fetiche de ficar batendo boca aqui em um projeto extremamente importante. *Fake news* são usadas, Ver. Jessé Sangalli, nas eleições, de forma mais baixa possível, e eu acho que precisa ter um consenso do Parlamento, onde nós possamos fazer com que essas mentiras sejam barradas na força da lei.

Por isso este projeto do Ver. Giovani Culau, e eu peço aqui à base do governo, eu sei que vocês têm uma questão de óbice, a Ver.^a Cláudia antes falou, mas eu acho que é importante. Porque nós não podemos aqui, em uma discussão de um projeto importante, pegar questões ideológicas, jogar de novo, como vocês já fizeram aqui na segunda-feira, e a gente não debater a questão técnica. Então, peço aqui à base do governo, a todos os partidos que compõem a base – inclusive a própria Presidente aqui, o líder do PL – que a gente possa aprovar esse projeto, porque ele é bom para todas e todos que estão aqui. Não é um projeto pró-esquerda, não sei de onde tiraram essa questão de estatal, que a estatal vai regular. Gente, nos Estados Unidos, o Estado regula quase tudo. Vocês precisam, pelo menos, ter uns elementos técnicos um pouco melhores aqui. O Estado alemão regula quase tudo, a própria União Europeia regula essa

questão das *fake news* nas eleições. Agora, teve disputa na Espanha, vai ter uma nova disputa na Itália, a própria Alemanha está tendo uma disputa, a AFD da extrema direita tem feito várias *fake news* sobre as imigrações, e o governo tem ido para cima para acabar com as *fake news*, para que a discussão política não seja interrompida por mentiras. Então, eu não acho aqui que essa discussão meramente ideológica, que alguns vereadores fazem aqui e ocupam esse tempo, não para falar do projeto, mas para ficar se atacando, seja a principal questão; eu acho que a principal questão nossa aqui é aprovar esse projeto.

Os projetos bons desta Casa, nós precisamos nivelar a discussão pública, Ver. Ramiro Rosário, nivelar a discussão pública e tentar buscar consenso de aprovação. Porque *fake news*, vocês aqui apresentaram que o Jonas foi condenado por *fake news*. Nós temos aqui uma lista de pessoas da extrema direita que também já foram condenadas por *fake news*. A questão não é essa; a questão é que esse projeto tem uma regulamentação com veículos de comunicação que já foram, em trânsito e julgado, condenados. Então, não há uma grande questão aqui de nós, a esquerda, querermos pegar um debate e jogar para as estatais. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) E para fazer só uma correção aqui, Presidente, o Ver. Ramiro Rosário, antes disse que eu, como líder do PT, na segunda-feira, corriji o líder da oposição. Não é verdade, vereador. Você disse que é contra as *fake news* e agiu com *fake news* aqui. Eu falei, inclusive, para você e os vereadores aqui, parem com a quinta série da Câmara Municipal, porque é um bando de barbado aqui dentro, gritando, fazendo barulhinho, é uma coisa indecente para quem ganha o salário que vocês ganham. Então, por gentileza, mantenham a compostura e ajam com a verdade. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Natasha. Questão de ordem, Ver.^a Mariana Lescano?

Vereadora Mariana Lescano (PP): Presidente, a Ver.^a Natasha falou que a extrema direita tem diversos condenados por *fake news*. Só para deixar

claro que *fake news* não é crime tipificado no Código Penal ou em qualquer legislação brasileira.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora. Mais alguém deseja encaminhar?

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 211/21, como autor.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Imagino, Presidente, que eu não ocuparei os cinco minutos. Uso a tribuna para encaminhar, em primeiro lugar, para agradecer as manifestações favoráveis que acompanhei e que foram levantadas aqui na tribuna; e também para dizer que acolho e reconheço as considerações e as preocupações apresentadas em torno do projeto, como, por exemplo, as levantadas por ti, Ver.^a Vera Armando. Feitos esses registros, preciso lembrar ao plenário que este é um projeto de minha autoria e que, diante da minha autoria, são nítidos os objetivos deste projeto. Quais sejam? Que o poder público não financie veículos de comunicação condenados por crimes de ódio, por um lado, ou por notícias fraudulentas, de outro. E imagino não estar errado, Ver.^a Vera Armando, quando vou aqui apresentar agora que é importante diferenciar o que é a condenação por *fake news* de um erro praticado pela imprensa. E aqui dialogo também com o Ver. Gilvani. Um erro é resultado da atividade humana e, para os erros da imprensa, a imprensa tem à sua disposição pelo menos dois instrumentos: a garantia do direito de resposta, por um lado, e a errata, por outro. Eu não irei cair nas provocações da extrema direita, aqui representada nesta tribuna, em particular pelo Ver. Jessé, porque é óbvio – mas, como disse o Ver. Pedro Ruas anteriormente, por vezes o óbvio precisa ser dito –, aqui não se trata de um projeto que pretende a censura. Aqui, inclusive, não dá aos vereadores e vereadoras o poder de decisão do que é verdade e do que é mentira. Não se trata, Ver. Gilvani, dos mecanismos de verificação de inteligência artificial. O projeto aqui diz respeito ao quê? Aos veículos condenados pela justiça brasileira

por prática de notícia fraudulenta ou crimes de ódio. E nós poderíamos muito falar, como disse no início, do impacto que elas têm nas eleições, mas do impacto que elas têm no cotidiano das nossas vidas. Recentemente, nós tivemos uma mulher, vereadores e vereadoras, espancada em Guarujá, espancada porque uma rádio local veiculou uma mentira sobre ela, e, diante da mentira veiculada numa rádio municipal, uma mulher foi espancada. Trago esse exemplo, Ver. Alexandre Bublitz, para reforçar os elementos da importância da proteção da informação para a defesa e proteção da vida, e evidentemente que é importante também para a democracia. E para concluir, o Ver. Pedro Ruas, na sua manifestação, dizia: uma empresa condenada, talvez por sua existência inteira, talvez não fosse merecedora de receber recursos públicos. Mas vejam, eu que acredito em uma justiça restaurativa, o nosso projeto veda o recebimento de recursos públicos por dois anos, acreditando que o veículo, ao não ser financiado pelo poder público, talvez possa ter mais responsabilidade com aquilo que veicula. E por isso quero insistir, Ver.^a Vera, no caráter educativo desse projeto. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Nós não podemos, com recursos públicos, financiar a mentira, tampouco crimes de ódio. E por isso, diante da liberação da base do governo, para que cada um vote de acordo com o seu julgamento, que aqueles que estejam em dúvida eventual não deem um voto contrário, eventualmente se abstenham nessa votação, mas que a gente possa, e esse é o apelo que eu faço, ter o máximo de votos possíveis em defesa de informações de qualidade para a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Giovani Culau e Coletivo.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 211/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, agradeço ao Ver. Ramiro, meu líder, pela oportunidade de encaminhar. Este projeto, o Novo

encaminha “não”, porque ele é flagrantemente inconstitucional. Lá na Constituição Federal, art. 22, inc. XXVII, diz assim (Lê.): “normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista nos termos do art. 173, § 1º, inc. III.” Portanto, é um projeto inconstitucional, e o Novo encaminha “não”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, Ver. Tiago Albrecht. Mais algum vereador deseja encaminhar a matéria? (Pausa.)

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o PLL nº 211/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**.

Questão de ordem, vereador?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Um agradecimento, acima de tudo, evidentemente que aos meus colegas do bloco de oposição, mas essencialmente aos vereadores da base que votaram favoravelmente pelo caráter meritório do projeto, e também àqueles vereadores que, eventualmente, na dúvida não votaram pela rejeição. Fico feliz, essa votação e essa vitória me fazem acreditar um pouco mais na política e nesta Casa. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, vereador. Pois não, Ver.^a Natasha, questão de ordem?

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Presidente, uma questão de ordem. Até respondendo à Ver.^a Mariana Lescano, do PP, a justiça tem entendido que o art. 138 do Código Penal define que “caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato devido como crime” pode levar a uma pena de detenção de seis meses a dois anos. Não há tipificação sobre *fake news*, mas a

justiça entende que o art. 138 condena as mentiras nas redes sociais. Na verdade, calúnia e difamação são um instrumento da construção das *fake news*. Só para a gente não achar que *fake news* ou que a internet são terra sem lei. A tipificação está no art. 138 do Código Penal. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora.

Vereadora Mariana Lescano (PP): Questão de ordem, Presidente. O art. 138, calúnia, injúria e difamação já são crimes tipificados na legislação penal. Não é *fake news*. E, mais uma vez, quero deixar claro o meu descontentamento com esta Casa por ter aprovado uma lei que é inconstitucional. Não é para isso que nós estamos aqui, principalmente para regular aquilo que não é ainda legislado por crime. Então, fica muito, muito difícil a gente debater democracia, liberdade, legalidade, quando uma lei inconstitucional é aprovada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Mariana.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Questão de ordem. Quero, inclusive, agradecer à Ver.^a Mariana Lescano, porque a Escola sem Partido foi derrubada por ser inconstitucional e foi votada aqui por ela, inclusive. Então, espero que, na próxima vez, a vereadora mude o seu voto, porque ela foi derrubada por ser inconstitucional.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, senhoras, obrigada.

Vereadora Mariana Lescano (PP): Questão de ordem, vereadora. A Ver.^a Natasha acabou de fazer a *fake news* que ela tanto diz. Eu não votei sobre Escola sem Partido, nem tinha mandato na época.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PR nº 045/24.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o [PR nº 045/24](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 150/25.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o Requerimento nº 150/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Por gentileza, o pregação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
Aprego as Emendas nºs 05 e 06, de autoria dos vereadores Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, ao PLL nº 201/24.

Aprego o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 05 e 06 ao PLL nº 201/24.

Aprego a Emenda nº 07, de autoria dos vereadores Mauro Pinheiro e Mariana Lescano, ao PLL nº 201/24.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (16h01min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós temos vivido, sem sombra de dúvidas, tempos diferentes. Há uma crise climática instalada no globo e a responsabilidade, evidentemente, chegamos neste ponto, não é de nós, não é da nossa geração. Mas cabe à nossa geração criar ações, fazer prevenções, trabalhar estancando a sangria, desenvolvendo políticas de proteção ambiental, políticas de exaltação ao verde, políticas de bem usar o bem comum, que é o nosso planeta. Há uma dificuldade enorme de sensibilizar alguns setores sociais, porque, muitas vezes, o econômico fala mais alto, tem mais poder, é o chamado poder do dinheiro. Vocês lembram bem o que aconteceu em Brumadinho, que centenas de pessoas inocentes foram assassinadas por conta de legislação frágil, de política que não acolhe de fato. Esse projeto é meritório, porque vai tentar ajudar as pessoas deste momento, que estão aí, a ter alguma condição de trabalho. Mas nós precisamos lembrar que se hoje está difícil, frente ao calorão, se hoje o ar-condicionado, inclusive não dá conta em muitos espaços, se hoje a gente precisa criar alternativas para as pessoas que estão lá no sol, é também por irresponsabilidade daqueles que vieram antes de nós. Muitos desmataram sem saber a consequência, não tinham informação, então eu não posso responsabilizar todos; mas aqueles que hoje continuam desmatando, esses não têm consciência, esses não pensam no futuro dos seus filhos, dos seus netos, esses são egoístas fundamentalmente, porque acreditam que o mundo é deles. O mundo não é de uma pessoa, não é de uma empresa, não é de um grupo específico. Nós precisamos cada vez mais preservar, cada vez mais conscientizar, e por isso eu, como vereador, destinei várias emendas às escolas para projetos em educação ambiental. Eu estudei numa escola municipal chamada Anísio Teixeira, lá na Zona Sul; essa escola foi construída numa área

de desmatamento e não tinha uma árvore, mas aí a professora Cíntia, que era professora do Jardim, professora da primeira série e continua na escola dando aula, parabéns, professora Cíntia, pelo seu projeto de educação ambiental, que plantou árvores na escola. Hoje as árvores passam de três, quatro metros de altura, estão lá algumas árvores frutíferas. É esse tipo de projeto que nós precisamos exaltar cada vez mais. E é por isso que eu peço aqui ao governo municipal que destine mais recursos humanos para educação ambiental, fomenta isso, porque o nosso futuro são as crianças, são os adolescentes, são os jovens, são os alunos das escolas. Essa é a geração do futuro que tem que sair instrumentalizada em conhecimento, sabendo que não se deve jogar lixo no chão, sabendo que tem que defender a coleta seletiva, sabendo que inclusive tem muitos municípios do Brasil... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...que conseguem fazer a compostagem de 70% dos seus dejetos orgânicos, 70%. Porto Alegre ainda não avançou nisso, Porto Alegre destina todo o seu lixo orgânico para preencher buracos na região de Minas do Leão. É assim que a gente não vai educar, nós precisamos mudar. Por isso que eu falo aqui, neste momento, que nós precisamos de mais consciência, mais proteção, mais vida, e Porto Alegre pode dar este exemplo. Porto Alegre pode ser de novo uma das capitais mais verdes do País. Basta nós, o Parlamento e a Prefeitura, querermos. Se nós quisermos e fizermos, vai ser diferente no futuro. Senão, nós estaremos na mesma.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas.

Não tendo mais nenhum vereador que queira encaminhar a matéria, só quero comunicar que estarei, daqui a pouco mais, dando uma ligada para alguns vereadores, cujas frentes parlamentares estão colidindo. Eu pedi agora para a minha assessoria trazer os nomes dos vereadores que eu preciso conversar, se os vereadores quiserem aproveitar que nós terminamos cedo hoje a sessão, já conversamos para tentar equalizar essa questão das frentes parlamentares que estão colidindo, e a gente entrar num denominador comum.

Em seguida, eu já ligo para os vereadores, dizendo quais são as que estão colidindo.

Não tendo mais nada para tratar na tarde de hoje, dou por encerrada a 005ª Sessão Ordinária, desejando a todos um bom final de semana. Até segunda-feira, às 14 horas. Obrigada.

(Encerra-se a sessão às 16h08min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
